



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA
COMISSÃO REGIONAL DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS
ATA DE REUNIÃO Nº 05

DATA: 07/08/2024

HORÁRIO: 15:00

LOCAL: Videoconferência - Lifesize (<https://guest.lifesizecloud.com/21640309>)

Às 15h10min do dia 07 de agosto de 2024, reuniram-se os Drs. (as) **CLÁUDIO CÉSARE BRAGA PEREIRA, MARIA CRISTINA LADEIA DE SOUZA, FERNANDA KARINA VASCONCELLOS, ANA CONCEIÇÃO BARBUDA SANCHES, INDIRA FÁBIA DOS SANTOS MEIRELES, MARIA VERÔNICA RAMIRO, PATRÍCIA DIDIER DE MORAIS PEREIRA** a fim de discutirem sobre a Comissão. O Desembargador **CLÁUDIO CÉSARE BRAGA PEREIRA** presidiu a reunião, tendo sido secretariado pela Dra. **MARIA CRISTINA LADEIA DE SOUZA**. O presidente iniciou a abertura dos trabalhos informando que realizou reunião com a prefeita de Lauro de Freitas sobre o conflito em tratamento pela comissão, e que a mesma se mostrou interessada, chegando inclusive a apontar solução ainda não pensada pela comissão, sugerindo fazer cessões de áreas e permutas, sobretudo quando menores. Em seguida questionou sobre a triagem dos e-mails, ao que foi respondido por Dra. Indira que fez o envio para o e-mail da comissão dos casos triados e que ainda não estavam no SIGA, não sabendo informar se alguém fez o compilado e analisou possíveis casos repetidos. Dra. Fernanda em uso da palavra, apontou a necessidade de disponibilização de servidor para comissão e Dra. Cristina informou a realização de triagem nos e-mails que ficaram de sua responsabilidade. O presidente retomou o uso da palavra e destacou que já conversou com a presidente e a mesma não sinalizou resposta; conversou com Rita explicitando o trabalho e as necessidades da comissão, inclusive de sua ampliação oficial e esta ficou de conversar com a presidente. Apontou que se não houver uma resposta até meados da próxima semana, acionará o CNJ, uma vez que esta comissão funciona por determinação do referido órgão. Pontuou a título de exemplo da alta demanda de trabalho da comissão, uma reunião com a

defensora pública responsável pela área de conflitos fundiários, Dra. Bethânia, que lhe apontou que tem um prédio ao lado do antigo centro de convenções que possui ocupação e já tem uma determinação de atuação da comissão, não tendo havido notificação até o momento. Destacou da necessidade de que acaso, na análise dos e-mails, haja identificação de alguma atuação urgente que seja sinalizado para que seja dada uma resposta efetiva. Dra. Cristina pediu a palavra e chamou atenção para a demanda de Camaçari, que envolve conflito coletivo, tendo sido requerida a atuação da comissão pelas partes, pelo Ministério Público, aduzindo que muitas famílias já foram alocadas e que já entrou em contato com o comandante da polícia militar, questionou sobre o procedimento para designar a visita técnica que será com os Dr. Cláudio e Dra. Ana, bem como sobre a autorização de afastamento da comarca, carro. O presidente então informou que assim que a equipe definir a data da visita técnica, ele providenciará as condições necessárias para sua realização, como veículo, comunicação à corregedoria para fins de afastamento e apoio policial. Ressaltou que acredita que já existe relatório prévio da polícia militar. Dra. Ana pediu a palavra e informou que sobre o caso de Camaçari também já analisou o processo, tendo encontrado no tribunal a juíza Marina Rodamilans, com quem conversou. Destacou que Dr. Antonio é integrante de sua equipe e que o mesmo informou que só viria após ser convocado, o que dificultaria na execução dos trabalhos. O presidente então respondeu informando que já tinha apontado com a presidente que tanto os titulares quanto os suplentes atuariam na comissão. Destacou que o decreto que criou a comissão permitiu ao presidente a convocação dos suplentes para realizar trabalhos, assim determinou que fosse expedido ofício convocando todos os suplentes. Dra. Patrícia pediu a palavra e manifestou necessidade da aprovação do regimento interno da comissão. O presidente informou que em relação ao regimento interno o pleno se reunirá apenas no final de agosto passando a palavra para Dra Verônica que destacou em resposta a Dra. Cristina que, conforme proposta do regimento, as primeiras ações devem ser realização de reuniões/audiências preliminares com todos os envolvidos, sendo a visita técnica a última etapa. De volta com a palavra o presidente solicitou que Dra. Cristina e Dra. Ana encaminhem o cronograma das atividades para que sejam feitos, se necessário, ajustes. Dra. Indira ressaltou a necessidade de validar o fluxo de trabalho, ao que Dra. Verônica e o presidente destacaram estar o fluxograma na Resolução do CNJ. Dra. Cristina levantou destacou situações urgentes, tendo opinado pela realização de reuniões telepresenciais para compor o cronograma. Dra. Ana destacou a necessidade de cautela nas ações e exemplificou com a existência de

ocupantes aguardando oportunidade de auferir vantagens. O presidente de posse da palavra pontuou que a comissão possui um rito a seguir, sendo importante não atropelar as etapas. Mencionou que primeiro é necessário fazer um levantamento do processo, conhecendo suas partes e as particularidades do caso. Destacou a necessidade de validar um fluxo de atuação para que se saiba como agir em cada situação, conforme proposta do regimento, adaptando a prática. Expressou que a ideia como primeira experiência é definir os cronogramas seguindo a proposta de atuação do regimento. Dra. Verônica pontuou que no exercício das atribuições da comissão, os membros não atuarão como juízes, mas sim como agentes de diálogos, após manifestação de Dra. Cristina, Dra. Indira ressaltou a presença do Capitão Gilney na sala, pugnando por sua apresentação e retorno das discussões da comissão ao final. O presidente devolveu a palavra a Dra. Verônica que finalizou sua manifestação destacando às integrantes de sua equipe a possibilidade de início dos trabalhos com o agendamento de reuniões. Informou que se encontra disponível no Youtube, na íntegra, o Seminário do CNJ, recomendando a todos os membros que o assistam. O presidente voltou ao uso da palavra destacando a participação do Capitão Gilney e Major Michael na reunião. Informou que a referida participação se deu sobretudo para que os membros da comissão conhecessem a companhia, da qual certamente serão usadas muito das informações já coletadas, exemplificando informações sobre identificação dos líderes, o tipo de ocupação. Com a entrada do Major Michael na reunião, o presidente fez as apresentações das integrantes e destacou que a comissão iniciará suas atividades em quatro municípios, Camaçari, Alagoinhas, Caravelas e Teixeira de Freitas. Destacou a informação de que a polícia militar já possui regramento para os casos de desocupação, passando a palavra para o Major Michael, que agradeceu sua participação na reunião, pontuando a importância do trabalho conjunto com o poder judiciário, e em seguida passou a explanar sobre a apresentação preparada para a ocasião, com slides e vídeos, onde explicou a forma de atuação da polícia militar, especialmente nos casos em que demandada pelo Poder Judiciário; ao final da exposição concedeu a palavra para perguntas. Dra. Verônica então informou ter gostado da exposição e disse estar surpresa quanto a manifestação sensível, questionando se em alguma das intervenções expostas foram observadas as recomendações do CNJ, congelamento – não recebimento de novas pessoas, colocação de placas, proibição de novas obras, concluiu perguntando se a polícia está de alguma forma atuando de uma forma consentânea com a resolução do CNJ, ao que foi respondida de forma positiva pelo Major com explanação do fluxo de

atuação. O presidente destacou a importância do entendimento do fluxo da Polícia Militar para que seja repassado aos juízes da atuação processual que em caso de cumprimento da execução de uma ordem de desocupação, a mesma se dará adotando protocolo de execução humanizada. Destacou a importância do conhecimento do fluxo de trabalho da polícia para o desempenho das atividades da comissão. O Major em uso da palavra ressaltou que a polícia deixou de ser apenas executora e passou a organizar e planejar sua atuação. O presidente mencionou a expedição de ofícios à companhia para que sejam disponibilizados os relatórios referentes aos municípios com atuação em curso, destacando ao Major Michael que serão feitos cronogramas para planejamento das ações, bem como que serão mantidos contatos com a companhia para alinhamento das ações que envolvam a Polícia Militar, criando um fluxo de comunicação para adoção de ações coordenadas, evitando conflitos e economizando tempo. Pontuou que a ideia do curso é uma ideia positiva, sobretudo para todos os juízes, ao que requereu a Dra. Ana que entrasse em contato com a UNICORP para verificar a viabilidade de elaboração de um curso de formação a todos os magistrados visando a atualização e ciência das novas práticas adotadas nos procedimentos de reintegração, ao que Dra. Ana complementou com a importância da formação em relação a Resolução 510 sobre mediação específica. Em fechamento, o presidente agradeceu ao Major Michael e ao Capitão Gilney pelas presenças se colocando à disposição e informando que providenciará a distribuição do material recebido referente ao procedimento de desocupação. O Major Michael informou que tiveram uma solicitação de apoio da OAN para participação de um roteiro nas cidades de Barra e Muquém do São Francisco onde será feita mediação dos conflitos no final do mês de agosto, reputando importante a participação da comissão no procedimento para conhecimento. Dra. Patrícia solicitou a palavra para agradecer e elogiar o trabalho da polícia, exemplificando os dados que podem ser utilizados pela comissão. De posse da palavra Dra. Cristina agradeceu a participação do Major e reiterou necessidade dos relatórios referentes a Camaçari. O presidente destacou a importância de coleta prévia de informações para só assim manter contato com os envolvidos. Requereu que cada grupo elabore seu cronograma para discussão. Pontuou ainda que está agendamento duas viagens para conhecimento ao Paraná e ao Pará e quando houver definição de data trará à pauta para definição de quem o acompanhará, finalizando a reunião, o presidente solicitou a quem tiver procedimento urgente cadastrado informar, bem como solicitou a elaboração das programações para que seja providenciado o suporte necessário; e ainda informar o interesse nas

viagens, sendo este último no futuro. Dra. Ana solicitou que o presidente formalize a participação de Dr. Antonio. Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às **17h:10m** e, para constar, eu, ROSELI BOA HORA LOBO, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, segue assinada pelos participantes. Salvador, 07 de agosto de 2024.

CLÁUDIO CÉSARE BRAGA PEREIRA
Presidente

MARIA CRISTINA LADEIA DE SOUZA
Secretária

ANA CONCEIÇÃO BARBUDA SANCHES

MARIA VERÔNICA RAMIRO

PATRÍCIA DIDIER DE MORAIS PEREIRA

FERNANDA KARINA VASCONCELLOS

INDIRA FÁBIA DOS SANTOS MEIRELES